CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Comissão de Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais REQUERIMENTO Nº, DE 2025 (Do Sr. Leo Prates)

"Solicito seja convocado o Sr. Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Henrique B. Fávaro, a fim de prestar esclarecimentos sobre promessas de ajuda a produtoras rurais do Norte da Bahia, assolados pela seca."

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro da Agricultura e Pecuária do Brasil, Sr. Carlos Henrique B. Fávaro, a fim de prestar esclarecimentos sobre promessas feitas e não cumpridas junto a produtores rurais da Região Norte da Bahia.

Justificação

Em 25 de abril passado, em auditório lotado para a importante e talvez maior Audiência Pública parlamentar do Território de Irecê, na Bahia, realizada conjuntamente pela Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e a Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais da Câmara dos Deputados, na qual estiveram 17 deputados estaduais e 4 deputados federais, o vice-governador, três secretários de estado e mais de 200 produtores rurais em busca de soluções, tinha como tema central a crise climática que vem provocando uma seca desastrosa na Região Norte da Bahia.

Trata-se de uma das maiores secas dos últimos 40 anos, que dizimou toda a safra agrícola cultivada em regime de sequeiros na região, antecipou o rebaixamento e esgotamento de poços artesianos, levou irrigantes a reduzirem áreas e alguns a suspenderem totalmente os







CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

investimentos; além disso, os criadores de bovinos e pequenos animais ainda sofrem com a escassez de alimentos para os seus rebanhos.

Assim, nobres pares, Após horas de debates na referida audiência, que contou com a efetiva participação (por via remota) do Sr. Ministro da Agricultura Carlos Fávaro, definiu-se, com o comprometimento do mesmo, a guisa de medidas emergenciais, a dilação dos vencimentos das dívidas agrícolas, acesso a novos créditos e redução dos custos do milho fornecido pela Conab — Companhia Nacional de Abastecimento, respaldando as propostas levadas por uma grande caravana de políticos, dentre eles, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

Pois bem, após esse encontro na Bahia, ainda realizamos audiência ocorrida no gabinete do ministro, em Brasília (DF), com este deputado e vários outros, para tratar da questão firmada na audiência em questão, foram mais uma vez firmados protocolos diretamente com o ministro das reivindicações sobre a pauta e dois compromissos, quais sejam: 1 – "O Ministro se compromete a ver com outros pares do governo para se tentar adimplir os vencimentos das dívidas deste ano e promover novos créditos", e, 2 – "Quanto ao milho, se comprometia a subsidiar a logística do produto, de modo a chegar em Irecê mais barato, na casa dos R\$ 60,00/saca". Foi firmado na ocasião esse compromisso.

Porém, até o momento, nem uma coisa nem outra. Os vencimentos das dívidas continuam a sufocar os produtores e a Conab continua disputando com o mercado, o preço do milho, sem subsídio, sem gueda nos preços, muita burocracia e dor de cabeça aos produtores.

Em resumo, as comissões dos deputados estaduais e federais fizeram o que deveriam, indo até o gabinete do ministro. Depois, tudo virou espera. O ministro até o momento não demonstrou qualquer ato concreto sobre a questão. E já se passaram mais de 04 meses, sem que nada tenha sido feito para lastrear os produtores na sua dura lida, para superar os impactos da crise climática que frustrou a produção rural deste ano na região e continua a gerar graves prejuízos ao setor.

Por todo o exposto, então, esperamos ver o presente requerimento aprovado por essa egrégia Comissão, para que ele venha a este Plenário e preste os devidos esclarecimentos sobre a inação presente, e se explique do porque nada foi feito e se ainda é possível uma ação afirmativa por parte do Governo Federal. Há de se observar o momento oportuno de convocação, visto que a seca ainda assola fortemente a região, bem como, o Governo tem obrigação de divulgar os dados e dar transparência de suas ações.

| | Sala | de Sessões, | em | de | de 2025 |
|--|------|-------------|----|----|---------|
|--|------|-------------|----|----|---------|





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

LEO PRATES

Deputado Federal PDT/BA



